

**REVISTA**  
**PORTUGUESA**  
**de HISTÓRIA**  
**tomo XXIX**



**COIMBRA 1994**  
**FACULDADE de LETRAS**  
**da UNIVERSIDADE de COIMBRA**  
**INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL**

## BIBLIOGRAFIA

MANUEL GONZÁLEZ JIMÉNEZ - *La Repoblación de la Zona de Sevilla durante el Siglo XIV*, Sevilla, 2.<sup>a</sup> ed., Universidad de Sevilla, 1993. 204 pp.

O livro que se apresenta constitui uma segunda edição, corrigida e ampliada, que surge quinze anos após a publicação da primeira (1975). Trabalho académico servido por uma boa apresentação gráfica, que o Secretariado de Publicaciones da Universidad de Sevilla garante, o estudo de Manuel Jiménez constitui um exemplo da investigação monográfica assente sobre uma criteriosa selecção de fontes documentais, que se editam inéditas ou se recuperam de publicações anteriores, posto que devidamente reavaliadas.

A obra apresenta, nas primeiras páginas, as justificações do autor para promover esta reedição (com prefácio assinado por Miguel Angel Ladero Quesada), bem como o elenco bibliográfico e documental (pp. 7-22). Segue-se o desenvolvimento dedicado ao estudo do “Fracasso do repovoamento e do “despovoamento” da Andaluzia”, dos “Despovoados da zona de Sevilla”, do “Repovoamento do século XIV” e do “Estudo analítico do repovoamento da área de Sevilla”, a que se segue a conclusão (pp. 23-98). Um *corpus* documental de 20 documentos (situados entre 1255 e 1399) preenche as páginas 99a 162. Acrescentaram-se, finalmente, dois apêndices (“Novos dados sobre o repovoamento do alfoz sevillano no século XIV” e “Documentos”, com 11 diplomas

(1332-1390), bem como um índice toponímico (devidamente elucidado por urna errata) (pp. 163-204).

Estudando uma época algo “obscurecida” da história medieval andaluza (p. 11), o autor interroga a tese duma atracção ininterrupta exercida pelas terras andaluzas sobre os repovoadores castelhano-leoneses (afastados dessas regiões por urna consagrada teoria do esgotamento dos recursos naturais ou pela vigência de mecanismos latifundiários feudalizantes que provocariam um processo migracional para sul), introduzindo uma nova visão desse processo em que se demonstra que o fenómeno se caracterizou, estruturalmente, por emergentes retrocessos despovoadores nos territórios periféricos da Meseta. Manuel Jiménez prova, após um aturado exame documental e onomástico, que se processou na zona sevillhana, nos séculos XIV e XV, a fundação de numerosas póvoas ou a reocupação de antigos povoados desaparecidos em Duzentos.

Prova, também, que o (re)povoamento desses territórios se fez essencialmente com gente procedente dessa mesma região, assistindo-se, mais do que a um repovoamento, a uma transferência inter-regional de povoadores, seja da cidade para o campo, seja dos reguengos para os senhorios privados. Esse fenómeno provocou mudanças na paisagem ecossistémica andaluza traduzíveis no recuo dos mantos vegetais e no avanço das áreas de arroteamento, levando a uma transformação agrária regional em que cresceu enormemente a cultura vinícola e frutícola. Do ponto de vista social, este processo repovoador conduziu, no seu início, ao aparecimento duma massa de herdutores, de camponeses alodiais, juridicamente livres, proprietários de fragmentárias parcelas de terra ou mesmo interessados no aforamento de leiras de cultura pertencentes a senhorios eclesiais ou outros. Neste sentido, pode referenciar-se uma ampla estrutura agrária caracterizada pelo minifundismo que, com o passar dos tempos, se deterioraria em favor dum reagrupamento das terras de tendência latifundiária. No século XIV, a Andaluzia assistiria ao aprofundamento do regime

senhorial, acentuando-se a multiplicação de morgadios, cujos titulares se situavam maioritariamente no seio da pequena nobreza sevilhana. Este avanço senhorial, bastante acentuado na segunda metade de Trezentos, com a “revolução” trastâmara, promoveu a revitalização de antigos núcleos rurais de povoamento, levando ao surgimento de novos pequenos concelhos. Neles reproduziram-se os mesmo mecanismos administrativos dos concelhos reguengos, desenvolvendo-se formas de solidariedades e de poderes locais em tudo coincidentes com os restantes municípios que não conheciam um senhorio privado eclesial ou nobiliárquico.

Trata-se, devemos referi-lo, de um estudo que se afigura difícil de concretizar em Portugal. Não pela falta de vizinhança das regiões meridionais portuguesas com a Andaluzia, que comungaram globalmente do processo histórico de Reconquista e repovoamento ou povoamento comum (lembramos, a título de exemplo, o protagonismo circunstancial dos monarcas castelhano-leoneses, e particularmente de Afonso X, o Sábio, em relação ao Algarve ou aos territórios da bacia hidrográfica do Guadiana), mas antes pela disparidade das fontes documentais em que, infelizmente, os arquivos portugueses se apresentam bastante mais empobrecidos. Não encontramos entre nós livros de “repartimientos”, que abundam nos arquivos espanhóis, sendo de pensar que terão existido (<sup>1</sup>). Posto que, neste campo heurístico, haja paridades, mormente na documentação régia em que forais e cartas de povoamento, particularmente para a segunda metade de Duzentos, se encontram com abundância, posto que em grande parte à espera de publicação (<sup>2</sup>). Mas, ainda

O Livros de “repartimientos” com importantes informações para a história portuguesa. Vejam-se, fundamentalmente, os estudos de: Henrique David, “Os Portugueses e a Reconquista Castelhana e Aragonesa do Século Xff”, *Actas de II Jornadas Luso-Espanholas da História Medieval*, Vol. III, Porto, 1989, pp. 3-15; Idem, “Os Portugueses nos Livros de “Repartimientos” da Andaluzia (Século XIII)”, *Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto]*, II Série, Vol. III, Porto, 1986, pp. 51-75.

(<sup>2</sup>) Um trabalho recente, que sistematiza as cartas de foral e de povoamento do rei D. Dinis (1279-1325), deve-se a Maria Rosa Marreiros, *Propriedade Fundiária e Rendas da*

assim, o estudo português do (re)povoamento ou da organização crista dos territórios a sul do Tejo está longe de uma sistematização historiográfica final <sup>(3)</sup>. Têm surgido bastantes monografias, é certo, mas de valores profundamente desiguais, ao menos para o medievalista, acentuando-se nos últimos lustros a tendência para uma hiper-valorização do povoamento muçulmano anterior à Reconquista cristã que não acautela as originalidades na (re)organização do território promovidas pelos monarcas da dinastia afonsina. Neste aspecto, a monografia de Manuel González Jiménez constitui um livro de leitura obrigatória para se compreender com objectividade o fenómeno do repovoamento além-tagano português.

*Nota sobre o autor:* Manuel González Jiménez é catedrático de História Medieval na Universidade de Sevilha. As suas investigações têm-se debruçado fundamentalmente sobre o fenómeno do (re)povoamento da Andaluzia ocidental na Baixa Idade Média. Entre os seus estudos, para além de numerosos artigos publicados em revistas especializadas, enumeram-se títulos como: *El Concejo de Carmona a fines de la Edad Media* (1973), *Diezmo Eclesiástico y producción de Cereales en el reino de Sevilla* (1979), *El libro del Repartimiento de Jerez de la Frontera* (1980), *Sevilla en Tiempos de Alfonso X el Sabio* (1987).

SAÚL GOMES

*Coroa no Reinado de D. Dinis - Guimarães*, 2 vols. (Dissertação de Doutoramento em História; policopiado), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

<sup>(3)</sup> Um primeiro ensaio deve-se a João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, INIC - Centro de Estudos Geográficos, 1986. Será de referir aqui a existência de teses sobre história urbana e concelhia para centros como Beja, Évora ou Silves. (Vd. *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Vol. I (Coord. A.H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Andrade), INIC - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, pp. 83-90.